

Mulheres querem aborto fora da Constituição

Mas Conselho apresentou emenda para evitar que Igreja derrube exceções admitidas atualmente

MARILDA MASCARENHAS
Da Editoria de Nacional

As mulheres prefeririam ver o aborto fora da nova Constituição, mas foram surpreendidas pela emenda popular apresentada pela Igreja proibindo o aborto em qualquer circunstância, mesmo naquelas em que a legislação permite. As mulheres, então, decidiram entrar em ação e colheram, em todo o País, mais de 30 mil assinaturas para uma emenda dando à mulher o direito de conceber, evitar a concepção ou interromper a gravidez indesejada até 90 dias após seu início. A emenda tem um único parágrafo: serão respeitadas as convicções éticas e religiosas de cada um.

Na prática, as mulheres não alimentam muitas esperanças de ver na Constituição a descriminalização do aborto. Mas estão dispostas a fazer muito barulho para ao menos evitar o retrocesso em relação à legislação atual, que permite a prática do aborto nos casos de risco de vida da mulher e da gravidez resultante de estupro. Esse direito vem sendo mantido nas

constituições brasileiras desde 1940.

MORTES

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher vem liderando em todo o País a luta das mulheres pela descriminalização do aborto. A posição do Conselho é clara: o aborto é uma questão de foro íntimo, de decisão individual, não cabendo, portanto, nenhuma imposição do Estado. Para o Conselho, a maternidade deve ser compreendida e vivida como exercício de escolha. Não pode resultar nem de determinismos biológicos nem de imposições autoritárias.

O Conselho se baseia em dados reais, que registram de 3 a 5 milhões de abortos praticados por ano no Brasil, para provar que a proibição não impede a prática. Ao contrário, os dados indicam que morrem anualmente no País aproximadamente 400 mil mulheres vitimadas por abortos clandestinos. Para o CNDM, a clandestinidade está intimamente ligada à alta taxa de mortalidade de mulheres vítimas da prática de aborto.

Para diminuir o número de mortes causadas por abortos mal feitos, o Conselho Nacional dos Direitos

da Mulher só vê uma saída: a descriminalização da prática. "As mortes acontecem porque as mulheres, sem o direito de praticá-lo em condições mínimas de saúde, acabam recorrendo a métodos rudimentares", diagnosticou Hildete Pereira de Melo, do CNDM, que acaba de concluir uma pesquisa sobre aborto no Brasil. Em sua pesquisa, Hildete levantou dados alarmantes. Um deles: de cada quatro mulheres que fazem aborto, uma é internada pelas dificuldades da prática. A pesquisa apontou também o aborto como a quarta causa mortis, matando mais que os problemas cardíacos, os acidentes de trânsito e o câncer.

O Conselho da Mulher prefere acompanhar de longe a movimentação da Igreja nessa questão. "São instituições separadas", defende-se Hildete, evitando críticas. "Para a Igreja a questão é um dogma que não admite discussão". O Conselho, entretanto, rebate esse dogma com outra profissão de fé: não dá para tolerar que princípios religiosos definam o que é direito ou não quando se trata de uma decisão que cabe apenas à mulher.



Prática clandestina faz 600 vítimas anualmente

TATIANA MONTEZUMA
Da Editoria de Nacional

No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde, são feitos 600 mil abortos por ano, sendo que o Inamps paga à rede conveniada 200 mil curetagens devido a abortos espontâneos e provocados. Das 500 mil mulheres que morrem no País anualmente vítimas de acidentes e doenças de todos os tipos, 600 morrem em consequência de abortos mal feitos.

O técnico Cláudio Bernardo de Freitas, da Divisão Materno-infantil do Mi-

nistério da Saúde, discorda de muitos políticos que afirmam que são feitos mais abortos no Brasil do que partos. Freitas disse que nascem 3,5 milhões de crianças e o número de abortos não chega a 700 mil. "Quem afirma que são feitos mais de 4 milhões de abortos, está totalmente fora da realidade", afirmou.

No Brasil, há um mercado clandestino de aborto. Muita gente ganha dinheiro praticando o aborto em mulheres que optaram por não ter um filho. Os técnicos da Divisão Materno-infantil disseram que a ci-

urgia não é difícil e o preço cobrado é muito alto nas clínicas clandestinas. O preço é alto porque a ilegalidade permite a criação de um mercado de trabalho onde a quantia a ser cobrada varia muito conforme o poder aquisitivo da cliente.

O ministério não pretende fazer nenhuma campanha contra o aborto. Sua posição é que campanhas do tipo devem ser feitas pela sociedade que tem liberdade para protestar. Se o MS fizesse a campanha, estaria se intrometendo em um terreno acidentado, que envolve a igreja, a Constituição e o Direito.

Assim, prefere não interferir diretamente, mesmo que considere o aborto um crime. O órgão optou por fazer um programa preventivo, ensinando as mulheres a utilizarem contraceptivos. Existe há três anos um programa lançado chamado Programa de Assistência à Saúde da Mulher e Criança (Paismc), no qual há um setor voltado somente para o planejamento familiar. Os técnicos da Divisão Materno-infantil acham que o número de abortos é alto porque as mulheres não dispõem de métodos contraceptivos. Os técnicos da Divisão

Materno-infantil estão preocupados com a falta de pessoal qualificado nos hospitais e centros de saúde para prestar atendimento às mulheres. Existem muitos ginecologistas que não sabem colocar DIU e diafragma e nem aconselhar as mulheres sobre outros métodos contraceptivos. Além disso faltam medicamentos como pílulas, geléias e pomadas. "A rede de serviços de saúde, de maneira geral, é precária e o sistema não atende universalmente à demanda real", disse uma técnica da Divisão Materno-infantil, que não quis se identificar.

CNBB defende direito à vida

MARCOS HENRIQUE

JOÃO CARLOS HENRIQUES
Da Editoria de Nacional

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Luciano Mendes de Almeida, vem denunciando que o número de abortos praticados no Brasil ultrapassa o número de nascimentos. Segundo ele, enquanto nasceram 3 milhões 800 mil crianças no ano passado, outras 4 milhões foram abortadas. Ele disse que obteve esses dados de um médico, cujo nome não se lembra, que debatia o assunto em um programa de televisão.

Para dom Luciano, mesmo que os números estejam errados, o que importa é o "direito à vida". Ele lembra que a CNBB apresentou uma proposta popular de emenda ao projeto de Constituição criando normas relativas ao direito da família. Em seu artigo primeiro, a emenda prevê que a lei deve garantir a preservação da vida de cada pessoa, "desde a concepção e em todas as fases da sua existência, não se admitindo a prática do aborto deliberado, da eutanásia e da tortura".

Dom Jaime Chemelo, bispo de Pelotas (RS) e integrante do Conselho Permanente da CNBB, uma es-



Dom Luciano Mendes

pécie de alto comando do episcopado, explica que a Igreja considera o aborto uma violência e, portanto, não pode ser liberado e muito menos patrocinado. "O ser humano, ainda mais a criança, que é indefesa, tem o direito de viver", disse o bispo.

De acordo com dom Jaime, "a única forma de se interromper a vida é quando há uma injusta agressão, ou seja, a legítima defesa". Continuando seu raciocínio, ele conclui que "como a criança não é um injusto agressor, não se pode matá-la".

Questionado se a Igreja não seria omissa, sendo contra o aborto e ao mesmo tempo fechando seus olhos para a crescente mortalidade de mulheres, em fun-

ção de abortos mal feitos, dom Jaime afirmou que "este argumento não existe".

— Então seria necessário se permitir o jogo, porque se joga, se permitir o contrabando, porque ele é praticado, as drogas, porque são consumidas — bradou o bispo, ressaltando que "se continuarmos com essa linha de pensamento, o processo de permissividade será tão grande que nenhuma lei poderá controlar nada".

Dom Jaime entende que a legalização do aborto resultaria no aumento e não na diminuição do processo. "Se o INPS fizer o aborto gratuito, se acrescentaria mais um elemento novo para continuar os abortos", alertou o bispo.

PLANEJAMENTO

A Igreja defende o planejamento familiar através de métodos naturais. "Não que a Igreja canonize o chamado método Billings, mas como a Igreja defende os caminhos naturais, ele é o ideal", disse dom Jaime. Quanto à pílula anticoncepcional, dom Jaime surpreendeu o repórter, admitindo o seu uso, desde que "haja receita médica e não seja apenas usada para evitar a gravidez, mas no sentido da mulher regular o ciclo menstrual".